

As transformações da Família Moderna

I

É surpreendente constatar que em amplos círculos da população crê-se que a estabilidade da família kibutziana é muito menor que da cidade. Inclusive os membros do kibutz se deixem levar por esta afirmação; utilizam argumentos de aparente importância: O que tem de estranho que u na família na qual o fundamento já não joga um papel preponderante como na família tradicional---esta sorte de anel de ferro que a mantinha unida---que tem de estranho---que se veja submetida a crises mais frequentes? Quando se priva a família de sua exclusiva autoridade enquanto a educação de suas crianças, se lhes tira um dos fundamentos que asseguravam a sua existência ou serviam de elemento estabilizador e assim a lista de afirmações do mesmo teor, não tem fim.

Há várias décadas, a família atravessa em todo mundo, como é sabido, uma crise constante. Eis aqui 2 exemplos: no ano 1947 divorciaram-se nos E.U.A. 40 em cada 100 famílias. Esse feito provocou uma inquietação e deu lugar a uma profusa literatura sociológica e psicológica. Outro exemplo: A raíz de um profundo debate realizado na Polónia sobre os problemas da família, alguns dos participantes trouxeram cifras de um dos maiores distritos do país: em famílias constituídas houve 50% de divórcios entre cônjuges menores de 24 anos. Muitas famílias mantêm-se aparentemente em pé, mas sua vida interna está completamente destruída.

ESTAMOS ANTE UMA CRISE OU UMA MUDANÇA ?

Não contamos com material estatístico, sobre a estabilidade da família kibutziana. Há mais de 10 anos as cifras mostravam 10% de divórcios; indubitavelmente, a situação da família no kibutz é muito mais sólida que na sociedade que a cerca.

Difícilmente podemos chamar de "crise" um fenômeno social que se prolonga durante tantos anos. Pode ser que a crise não seja senão produto de um inevitável desenvolvimento, cujas raízes partem de processos sócio-econômicos. A família é uma instituição social em constante transformação---como qualquer outra instituição social---essas modificações, em meio a um processo de adaptação às novas condições. A antiga família matriarcal; a tribal; a do período de escravidão na Grécia, no regime feudal da Idade Média; a poligâmica dos países islâmicos; a burguesa da aurora do Capitalismo; "a Vitoriana" do séc. XVIII, todas, em geral, correspondem a uma estrutura sócio-econômica bem diferenciada. O exame dessa conformação esclarece a relação entre a forma do regime que a cristalizou (a família) e entre seu fundamento econômico, como também à sua super-estrutura cultural. A família moderna teve origem no séc. XVIII e se viu submetida a um dinâmico e incessante processo de transformações. Desde então, abalaram-se os fundamentos nos quais se assentava a família tradicional e esta perdeu sua força como elemento estabilizador. E especialmente se viu sacudida a tradicional divisão do trabalho entre ambos os sexos. Em geral o homem proporcionava as matérias primas e a mulher extraía desse material os artigos necessários. As necessidades fundamentais de alimentação, vestimenta e moradia, se viam satisfeitas no marco familiar. Essa dependência sócio-econômica entre ambos os sexos começou a abalar-se no novo período; daqui podemos concluir quanto a família como instituição social.

A FAMÍLIA CONJUGAL E A CONSANGUÍNEA.

Os sociólogos definem como "família conjugal" um par de adultos que se unem para levar uma vida em comum e a das crianças que nascem dela. Se trata de um antiquíssimo molde familiar; ao aparecer deu origem, no curso do progresso, a "família consanguínea", baseada nos laços de sangue, no parentesco de seus membros.

Há mais de um século esta última era forma familiar dominante e concentrava todas as funções, econômicas, sociais e educativas da família (fora a função reprodutora, que constituiu sempre a base exclusiva e biológica da família conjugal). A família consanguínea era composta por 1 grande número de indivíduos de uma mesma origem, mas com diferentes graus de parentesco, formavam uma unidade funcional, com enorme influência sobre seus membros. Proporcionava segurança econômica e social a seus membros,

que dependiam dela de forma absoluta; tinha, em troca, grandes vantagens que tornavam menos dura a severidade de seu domínio. A dependência econômica era a base de uma forte influência social sobre cada um dos membros da família e a opinião pública familiar refreava e sua conduta. Sua força também se manifestava na influência decisiva que exercia na contratação dos casamentos, que não eram outra coisa, senão acordos e contratos fixados entre as partes em base a um interesse econômico, a fé, etc... (não considerando o amor entre os cônjuges.) A família defendia os vínculos matrimoniais e os reforçava apoiando-se na autoridade da religião e do Estado. (que exerciam forte pressão sobre o par).

A situação atual é caracterizada pela queda da família consanguínea como unidade familiar influente por várias razões:

A) com a expansão da indústria e da tecnologia moderna, que abriu novas possibilidades de trabalho e ocupação, deu-se também lugar a uma grande liberdade de movimento. Quando se tornou possível a estabilidade econômica sem a ajuda dos parentes, começou-se a dar as costas aos vínculos da grande família. As vantagens da família consanguínea eram cada vez menores;

B) As grandes concentrações de população nos centros industriais das urbes trouxeram consigo o anonimato da vida social: os vínculos sociais tornaram-se dispersos e ocasionais e a pressão da "grande família" pela custódia de seus parcos debilitou-se quase por completo;

C) Cedeu a dependência econômica dos membros do casal. Nas novas condições, tanto homens como mulheres podiam alcançar a satisfação de suas necessidades fundamentais sem recorrer ao vínculo familiar (com o desenvolvimento dos métodos anticoncepcionais podiam satisfazer-se inclusive as necessidades sexuais sem recorrer a laços familiares estáveis).

Como consequência desse desenvolvimento, a família consanguínea acabou por sucumbir. Os vínculos entre seus membros manifestam-se quando há algum acontecimento familiar importante, e as vezes limitam-se ao intercambio de cartões postais. Os jovens casais, uma vez unidos se apressam em deixar a casa paterna, construindo seu próprio lar.

A família consanguínea ainda conserva um resto de seu antigo brilho nas regiões do interior (e nas dinastias reais). A tendência de desenvolvimento atual mostra a ascensão da família conjugal, baseada na livre escolha de seus membros e no vínculo sentimental de ambos, assim como com os filhos que trazem ao mundo.

A vida familiar compreende fundamentos e tarefas estáveis. Sua segurança começa a cambalear quando um desses elementos modificam seu peso (valor) e põe em perigo a harmonia funcional da família. Atualmente, a família enfrenta uma mudança radical ante a transição, ditada pela realidade, em direção a uma nova forma e novo conteúdo.

Os principais fundamentos da família são:

- A) Econômico ; B) Social; C) Educativo e D) Pessoal.

O FUNDAMENTO ECONÔMICO.

Em geral a família conserva seu caráter de unidade - é a instituição que procura "o sustento" de seus membros, a responsável por sua existência, para o que serve-se das entradas (ganhos) de seus membros. Porém o grau de dependência econômica entre seus membros sofreu um notório câmbio, especialmente no que se refere ao "chefe de família".

O fundamento prático da família na qual, no passado conferia ao homem uma posição especial e lhe dava prego, digo, prerrogativas de domínio, debilitou-se desde o momento que a mulher passou a ser um valor aceitável no mercado do trabalho, capaz de superar o homem e ocupar lugar relevante nos diferentes ramos de trabalho industriais. A família proletária foi a 1ª, na aurora de capitalismo, que atordou esse caminho quando, nos períodos de desemprego - por causa da exploração da mulher, como força de trabalho ser mais barata - a mulher se converteu na única sustentadora de todo o lar. As mulheres de classe média, por sua vez, começaram uma longa luta por sua emancipação, logrando penetrar em algumas profissões totalmente vedadas para elas no passado. A independência econômica alcançada por algumas mulheres teve vastíssimo alcance social e psicológico.

III

A mulher deixou também de depender do homem no plano familiar, ainda que "por diversas circunstâncias" preferiu continuar a ser a "dona de casa" e educadora de seus filhos. Porém a diferença do passado, já não recaía sobre ela a ameaça de fogo, em caso de divórcio. A vida familiar e de então assentou-se no princípio de colaboração entre iguais, tanto se ambos contribuísem para a economia familiar ou se só o homem o fazia. A possibilidade potencial da independência econômica da mulher aumentou seu prestígio diante de si mesma e diante de seu esposo e aumentou sua confiança pessoal.

Desta maneira acabou-se a dependência econômica da mulher em relação ao homem, dependência que no passado, foi uma das garantias da estabilidade da família. O fundamento econômico já não pode escravizar a mulher impondo-lhe uma vida familiar que não convém a seu espírito.

O FUNDAMENTO SOCIAL.

A família foi uma célula social, separada e encerrada em si mesma. Uma das suas funções era servir de muralha defensiva contra as dificuldades do mundo circundante. Em meio ao agitado mar de competição, a exploração e o poder, a família foi uma sorte. Devia compensar o homem, servindo-o de refúgio na luta pela existência. A família manteve laços de solidariedade, responsabilidade mútua e amor, criando um verdadeiro pilar, no qual se assentou a vida do indivíduo. A família tradicional, com muitas crianças, representava também uma sorte de "estado" de pequenas dimensões outorgando a seus membros a sensação de liberdade e auto-domínio, dentro de seus marcos; cada um se sentia "rei em seu lugar". As funções de domínio foram concentradas nas mãos do homem - o pai - que se comportava com os demais membros da família como se foram seus "súditos". O Estado velou pelos direitos da família, distanciando-se notoriamente das questões particulares.

No entanto, nas muralhas desta "autarquia" social começaram a abrir-se brechas e a sua vida se viu cada vez mais exposta às influências do exterior: quebrou-se o equilíbrio entre "o lugar" e a "rua", debilitando-se ao mesmo tempo a dependência social mútua entre os membros da família.

Agora aumentava a participação da mulher na luta política, no trabalho, na atividade social, ligaram-na a amplos círculos sociais. Sua independência econômica criou a liberdade social, abrindo-se assim o caminho para a igualdade de ambos os sexos no seio da família.

Na atualidade, não tem dúvida que a base social da família tradicional se abalou, cristalizada no marco de seu isolamento e encerramento. Em seu caráter de célula social, a família assentou-se sobre novos fundamentos.

O FUNDAMENTO EDUCATIVO

A preocupação pelas crianças e a responsabilidade por sua educação constituíam parte das funções centrais da família e se desenvolviam no marco dos profundos vínculos emocionais entre seus membros. A educação - especialmente na 1ª infância - se achava baixo a absoluta disciplina dos pais, que tinham a autoridade suficiente para estabelecer, conforme seu critério exclusivo, as formas e os meios para sua prática, só em prática, só os objetivos eram fixados pela sociedade, ou, precisando, pelo regime que ditava ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, se servia da família para alcançá-los. E, na verdade, frequentemente a educação caracterizava-se pela ignorância, a falta de consideração das necessidades da criança, os afetos narcisistas etc. Com tudo, a família outorgava sua proteção, sua segurança e preocupação à criança.

Somente nas últimas décadas, com o desenvolvimento da psicologia moderna, se viu claramente em que medida os erros dos pais minavam a segurança anímica das crianças, pondo em perigo seu desenvolvimento normal; mas muito mais grave era o destino das crianças que, em razão de sua orfanidade ou de outras causas, não se educavam no seio da família. Esta última, apesar de todos os seus defeitos, constituía o melhor marco educativo e todos os esforços tendiam a elevar sua capacidade educativa, por meio da orientação dos pais e a introdução de novas idéias da educação e psicologia. Nos EUA criou-se uma enorme e vasta organização para a "educação dos pais" na URSS, Makarenko dedicou principalmente seus últimos anos a esta proposta.

to. Ante o aumento dos fracassos da educação familiar, o descontentamento se tornou cada vez maior.

Cabe perguntar, pois, se não estamos realmente em presença de mudanças essenciais, cujas raízes arrancam do desenvolvimento da sociedade em nossos dias e que trazem aparelhados o oscilamento da educação tradicional, intimamente ligada à família. Seguindo esta linha de pensamento, assinalarei as tendências notórias:

a) O número de crianças por família é cada vez menor. A família de 4,5 ou mais filhos é um capítulo do passado. Tal fenômeno não é o resultado da falta de segurança econômica ou da aspiração por assegurar um alto nível de educação às crianças; sua razão reside na modificação da posição social da mulher. Um grande número de filhos é característica de países atrasados ou das nações que fomentam a grande natalidade por razões expressas, exemplo: a renovação da população dizimada pela guerra. Na Índia há uma campanha planejada pela diminuição da natalidade (com o ensinamento do uso de anticoncepcionais) e até na China Popular isto é feito.

Não estamos somente na presença de uma transformação quantitativa; as crianças--nascidas entre espaços de vários anos entre um ano e outro--podem ser considerados quase como "filhos únicos". As relações entre os pais e filhos--sem intermediários de irmãos e irmãs de diferentes idades que outorgavam no passado a família carregada de filhos, o caráter de uma "Casa Infantil" de pequenas proporções--não resultam mais fáceis por isso. Pelo contrário, constituem a origem de um sem número de conflitos. O "triângulo do filho pequeno, e dos pais adultos, cria uma situação psicológica que não cai em favor da criança nem dos pais. A falta de filhos de idades próximas ou de uma escala natural de idades, dá lugar à necessidade de criação de um marco educativo-social fora da família.

b) De forma parcial e gradual--mas crescente-- a educação deixa de pertencer ao círculo familiar; a idade da educação "organizada" que requer estabelecimentos e marcos alheios a família, se encontra numa franca linha de retrocesso. A educação das crianças de 4 anos--no Jardim de Infância criado por Froebel-- foi considerada num princípio daninha para as crianças e destruidora da família; hoje conquista o mundo inteiro. Na atualidade são muitos os que chamam à criação de locais infantis desde 2 anos pra frente, por razões educativas e psicológicas. Simultaneamente cresce a necessidade de criar lugares infantis, por causa do trabalho da mulher fora de casa.

A crescente necessidade de educação fora dos marcos familiares e em idades cada vez menores, é um fenômeno geral, sendo reconhecido no mundo inteiro na sua forma espontânea e organizada. Este processo que ainda não alcançou seu ponto culminante, ainda desperta oposição, mas sua marcha é irrefreável. Sua mais notória expressão é: "Internados, desde o nascimento até a maturidade" (por direito, não por obrigação) proclamada no ano passado na URSS. É surpreendente esta virada na educação da URSS, já que empregaram esforços no desenvolvimento da capacidade educativa da família. Foram apresentados os motivos oficiais para fundamentar a necessidade dessa mudança:

a) A necessidade de dar às crianças uma educação multifatorial, de acordo com sua capacidade e suas inclinações; o que não está assegurado nos marcos de educação familiar e só podem ser garantidos pela educação organizada, desde a mais tenra infância;

b) Enquanto a educação se detiver nas mãos da mulher-mãe, esta não poderá obter sua participação total na vida em sociedade.

Existe outra razão, que não foi exposta explicitamente e que não é exclusiva da URSS: A família moderna perde sua influência na educação das crianças. Sua capacidade educativa retrocede constantemente. Os motivos são encontrados na falta de unidade dos diversos fatores que influem na criança (lar paterno, a escola, a rua, a organização juvenil) e que entram em choque entre si: O que o 1º aprova é reprovado pelo segundo, e assim por diante. A vida da criança se encontra dividida e pressionada por círculos de influência que se contrapõem, dando lugar a uma dualidade moral. No passado, a família triunfava em toda linha:

A delinqüência juvenil que alcança proporções alarmantes (e que só em parte é consequência de privações materiais); a procura de drogas; a

V

multiplicação dos casos de perturbações emocionais, são os sintomas mais notáveis, junto com o difundido fenómeno de uma juventude carente de objetivos, rebeldes sem causa e de incerto porvir.

Vemos pois, que a família atual se encontra afetada por um processo de modificações dinâmicas e de vasto alcance. A educação das crianças que cumpriu o papel preponderante e serviu de elemento estabilizador na sua vida, deixará pelo visto, de cumprir com isso no futuro. Se trata de um processo extenso, pleno de contradições com períodos de auge e de depressão, mas cujo desenvolvimento chegará cedo ou tarde a uma solução similar que serviu de base à educação coletiva do movimento kibutziano: A educação será extraída - em parte - dos marcos familiares, sem afetar as relações afetivas entre pais e filhos e sem cortar os profundos laços que os unem.

O FUNDAMENTO

PESSOAL

O fundamento pessoal, sentimental nas relações de um casal cumpriu sempre - positiva ou negativamente - uma importante função na vida familiar; no entanto sua importância como elemento estabilizador desse marco, marchou sempre na zaga dos mais fatores. Se fracassava, "corriam em sua ajuda" os demais elementos, tendo em vista a estabilidade da família. Por sua vez esta se baseava na premissa não menos convencional, de que não se devia confiar demasiadamente no fundamento pessoal-sentimental já que era o mais fraco de todos.

Ante as mudanças registradas nos fatores já mencionados, o desenvolvimento da família nas últimas décadas outorgou um papel de primazia ao fundamento pessoal-erótico-sentimental, dando-lhe o caráter de condição decisiva no êxito ou fracasso da família moderna. Nem a necessidade econômica nem a social podem assegurar os fundamentos da vida familiar; a alta % de divórcios é testemunha. A necessidade psicológica e mais ainda a emocional, e procura sua própria satisfação nas relações dos conjugues, é a que impulsiona a criação da família e determina seu grau de estabilidade. É a necessidade de uma total comunidade de vida e de destino, de responsabilidade mútua das quais são parte integrante a vida amorosa-sexual.

Não se trata de um desenvolvimento imprevisto. No seu livro "A família e o Estado", Engels o mencionava com suma clareza. Predisse que no regime socialista, a família estaria livre de correntes econômicas sociais - que a envolviam com suas mentiras convencionais e sua qualidade moral, a escravização da mulher e o desprezo de sua dignidade, a aceitação da prostituição - para constituir-se exclusivamente em base aos fundamentos pessoais-eróticos-sentimentais que assegurariam seu florescimento e auge.

Engels não apreciou corretamente as grandes dificuldades que apareceriam no caminho da materialização de sua profissão. A transição da família tradicional na nova família se vê acompanhada pelo desgosto e por fracassos; a humanidade a conquista por um alto preço. O aumento dos divórcios traz tendências regressivas, de retorno à família tradicional; tais tendências freiam o ritmo da marcha em direção ao porvir. Despertam requerimentos que pretendem fortalecer as leis coercitivas, proibir o divórcio, etc., no entanto a realidade mostra que nenhuma concepção legalista pode conquzir a solução do problema.

